

ENTREVISTA COM BERTOLINO DOROTÉA DE LIMA FILHO, O LINO¹

Aline Caldeira Lopes²
Jacqueline Aline Botelho³



Bertolino Dorotéa de Lima Filho (Lino) nasceu em 1959 no quilombo da Ilha da Marambaia, situado no município de Mangaratiba, litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. O território tradicional, reconhecido em 2015, é compartilhado com a Marinha do Brasil, que desde a década de 1970 está presente por meio do Centro de Adestramento Militar da Ilha da Marambaia (CADIM).

¹ Entrevista recebida em 03/03/2026. Aprovado em 05/04/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.71448>. A transcrição da entrevista foi feita pelos estudantes Nicolas Cortes Palotta, Catarina Iskin, Ana Beatriz Correia da Silva, Mirella Kuczmanda, Manuela Coelho Stort, Paulo Henrique Juliace Silva, extensionistas do Projeto de Extensão Universitária intitulado “Por Uma Noção Ampliada do Direito ao Território Quilombola” (DATEQ/UFRJ).

² Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, coordenadora do Projeto de Extensão Universitária Por Uma Noção Ampliada do Direito ao Território Quilombola (DATEQ/UFRJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social (GEMPS/UFRJ).

³ Professora da Escola de Serviço Social da UFF, coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Projetos Societários, Educação e Questão Agrária na Formação Social Brasileira (NEPEQ/UFF) e do grupo THESE (UERJ/UFF/EPSJN-FIOCRUZ).

Morador da Praia do Sítio, Lino é fundador da Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia (ARQIMAR) e filho de Sebastiana Henriqueta de Lima. Sua mãe é presente na memória de resistência da ilha como referência política, bem como por ter a casa lacrada pelas Forças Armadas, consequência da revelia em uma ação de reintegração de posse ajuizada pela União Federal na década de 1990.

Na ocasião, Lino destacou-se na resistência e defesa da permanência no quilombo, articulando-se com advogados, universidades, organizações não governamentais, pesquisadores, movimentos sociais e parlamentares. Ao longo de sua trajetória, Lino foi pescador (até os 14 anos), trabalhou em uma refinaria de açúcar e guarda portuário.

A entrevista ocorreu no dia 29 de janeiro de 2026, na Praia do Sítio, Ilha da Marambaia.

[Aline]

Bom dia, Lino. Queria agradecer por essa entrevista. Para começar, eu queria que você se apresentasse contando um pouco qual é a sua história na Ilha da Marambaia, se os seus pais nasceram aqui, se você pode contar um pouco sobre eles também nessa apresentação.

[Lino]

Bom, bom dia, Aline. É sempre gratificante falar a respeito da nossa luta. Eu sou, no caso, o meu nome é Bertolino de Lima Filho, me chamam de Lino, sempre foi assim.

E, na verdade, assim, a nossa origem toda é Marambaia. Eu não lembro realmente muito da minha avó materna, não sei nem se tive oportunidade de alcançar. A minha avó paterna, que era dona Dorotéia, era uma pessoa que a gente tinha que ir na casa dela quando o tempo mudava, porque ela tinha medo de trovoada. E a gente passava bastante tempo lá comendo peixe com tutu de feijão. Todos, todos que eu conheço da minha ancestralidade nasceram aqui na Marambaia.

[Aline]

E você pode contar um pouco dos seus pais?

[Lino]

Então, o meu pai era pescador, né? Ele tinha o que a gente chamava de... ele era dono de canoa, uma rede que a gente chamava de gorette, que era uma de puxar na praia.

Ela empregava na pesca oito pessoas, né? Quatro puxando de cada lado, que era chamado de camarada. E ele era... ele tinha uma rede dessa onde o quinhão, que era a divisão do pescado, era dividido da seguinte maneira: um terço ia para quem era dono da rede e dois terços dividido entre os camaradas. Ele sempre foi pescador, mas ele teve um problema de saúde e veio a falecer bem cedo, com cinquenta e oito anos de idade.

[Aline]

Qual era o nome do seu pai?

[Lino]

Bertolino Rosa de Lima.

[Aline]

Então, ele era da família do Seu Joel⁴?

[Lino]

Ele era da família do Seu Joel, em parte. A família... a origem da mãe dele era da origem da mãe do seu Joel, entendeu?

Só que aqui, naquela época, quase não se tinha uma referência muito grande do... na época do meu pai, né? Não na minha época. Na minha época já existia isso. Referência muito grande dos pais. A referência toda das pessoas que viviam aqui era da mãe, entendeu?

Não sei se o pai não cuidava muito. Enfim, devia até cuidar, mas não tinha muita referência dos nossos avós, não. O paterno, assim, em parte, o avô. A gente tinha referência da avó.

⁴ Trata-se de Joel Rosa de Lima. Reconhecido como um dos moradores mais antigos da Ilha, uma referência na luta pela permanência e reconhecimento do quilombo.

[Aline]

E você percebe que ao longo dos anos muitas casas situadas na beira da praia estão sendo abandonadas e reconstruídas em um nível mais distante do mar. Isso sempre aconteceu? Como isso impacta a comunidade?

[Lino]

Então, eu não... não dá pra, assim, precisar se isso sempre aconteceu. Por quê?

As casas, no passado, eram praticamente temporárias, né? Eram feitas de estuque. Era um material que não durava décadas, igual hoje, as construções feitas de alvenaria. Então, praticamente, tinha sempre que estar reconstruindo. E, provavelmente, se fosse preciso, seria fácil mudar de local, mudar a geografia. Porque todo esse espaço era nosso.

Não tinha, assim, uma interferência de um TAC. Não tinha interferência de uma marinha. Então, se você quer construir aqui, você vai construir respeitando apenas, né, e isso era....era muito sagrado aqui... respeitando apenas os vizinhos. Você não tinha que respeitar nada mais que não fosse o vizinho. E a natureza, porque sem a natureza, seria impossível viver. Naquela época aqui, onde se vivia quase tudo, era retirado daqui. Era pescado, era... tudo era roça, água da fonte, não tinha água encanada, enfim. Se você não respeitasse a natureza... E respeitar a natureza não era uma condição voluntária. Era exigido mesmo pela sobrevivência.

[Aline]

E quais são as dificuldades existentes, na atualidade, para o acesso e a permanência no quilombo?

[Lino]

Então, a mudança que houve foi que hoje não se tem mais agricultura. A não ser para a subsistência. Pequenas hortas. Não se tem agricultura para... E na vida atual da Ilha de Marambaia, exige uma parte financeira. E a única maneira de ter uma finança aqui é sendo funcionário público, trabalhando na escola, no colégio, da educação, ou pescando. Então, quem não é pescador ou não trabalha como funcionário público da escola, não tem como trabalhar no litoral, porque o transporte fica restrito a condições de marinha. Porque o Estado ou o município que deveria dar um transporte regular,

que seria o quê?

Seria todo dia você pagar uma passagem, ou ter um vale de transporte, como todo mundo, sair, trabalhar, entrar para a ilha. Isso não é possível, porque hoje, por exemplo, se tiver uma mudança de regimento lá no CADIM⁵, você não tem embarcação para entrar. Se tiver uma mudança, ou tem uma manobra, tem alguma coisa que vai impactar no atraso da embarcação da marinha.

Porque a marinha não nos dá transporte. A marinha nos dá carona quando é possível, quando há uma embarcação. Porque nós somos sempre os últimos a acessar a embarcação.

Seja lá em Itacuruçá, para regressar, ou seja aqui na ilha, para sair. Se tiver vaga, vai os moradores. Normalmente, quase sempre tem vaga.

Não é uma coisa comum não ter vaga, mas várias vezes já aconteceu dos moradores ficarem na ponte da ilha de Marambaia, ou na ponte de Itacuruçá, sem saber como vai fazer para pernoitar, aí nesse caso de Itacuruçá, porque não tinha vaga para entrar, porque entrou um grupo para manobra. Manobra, no caso, é um exercício militar que eles fazem aqui, chamado de manobra. Ou entrou um visitante de militares, convidado de militares, e a gente fica sem essa tal vaga. Então seria muito interessante que o Estado, ou o município, o Estado que eu digo do Rio, o Governo Estadual, ou o Governo da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, adotasse uma embarcação regular para os moradores.

[Aline]

Em relação ao acesso aos alimentos, ao pescado, o que mudou ao longo da sua vida? Desde a sua adolescência até o momento atual?

[Lino]

Então, em relação ao alimento, a nossa proteína era praticamente toda tirada daqui. Nós criávamos porco, galinha, pato e pescava. Hoje a nossa alimentação, as proteínas, vem toda de fora.

Inclusive também os legumes, era tudo tirado daqui da horta, nós tínhamos horta.

⁵ Centro de Adestramento Militar da Ilha da Marambaia.

Tinha plantação de aipim, plantação de batata. Hoje não, hoje toda a gente compra no sacolão, lá no Itacuruçá.

[Aline]

Você pode nos contar quais são os principais desafios para a preservação da pesca artesanal na ilha?

[Lino]

O desafio acredito que não seria nosso, né. Para a preservação da pesca artesanal na ilha, teria que ter um órgão que não só fiscalizasse o pescador artesanal. Porque o pescador artesanal é fácil de fiscalizar, mesmo porque a pesca dele se resume a, no máximo, em um diário aí, 100, 200 quilos. Eles teriam que fiscalizar a pesca realmente industrial, que é uma pesca predatória, principalmente da sardinha, que com as traineiras que entra, pesca, né? Só sai daqui da baía, muito próximo da praia da baía, com toneladas, 20, 28 toneladas. Eu realmente reconheço que para fiscalizar alguém, um pescador que captura 28 toneladas, tem que ter um contingente muito mais coeso com o trabalho.

Porque fiscalizar quem tem muito dinheiro, quem envolve muito dinheiro, onde envolve muito dinheiro, não é fácil, eu reconheço isso. Mas para melhorar a pesca aqui, teria que ter essa fiscalização. Tendo em vista que quando tem alguma autoridade nacional aqui, como presidente, né?

Então o mar fica muito fiscalizado, né? E até as traineiras não entram. Com a saída do presidente, três dias depois e tal, você vai pescar, a quantidade de peixe aumenta em 30, 40%.

Por quê? Porque com a traineira não estando aqui, é possível notar que entra sardinha. A sardinha é o alimento dos peixes.

E esses peixes, eles entram para se alimentar da sardinha e eles são capturados pelos pescadores artesanais em pequena quantidade.

[Aline]

E como é o acesso aos serviços de saúde? Como é envelhecer na Marambaia?

[Lino]

Então, houve uma melhora nesse sentido de, digamos assim, dois anos para cá. Mas ainda falta muito, porque não tendo transporte regular para sair, fica difícil a pessoa ir ao médico, porque se você tem que ir ao médico, digamos, e o idoso geralmente tem sempre que está indo a um médico regular. Se tem que ir a um médico onde o transporte da prefeitura sai às cinco horas da manhã, ele teria que ter um transporte aqui que sairia às quatro para botar ele lá no litoral, que é o seguinte, no caso Itacuruçá, às cinco horas.

Então ele depende de favor de alguém que tenha uma casa lá no litoral, que no caso é Itacuruçá, para ele poder sair. Isso é uma dificuldade do envelhecimento aqui. Em relação à saúde, nós temos aqui hoje uma coisa mais regular.

Nós temos duas vezes por semana médico aqui da família. Temos fisioterapia uma vez por semana, nutricionista uma vez por semana e dentista também. Houve essa melhora em relação à saúde.

A gente não tem que ir. Mas ainda falta muito, porque tem o caso, por exemplo, de um senhor que faz um tratamento de câncer. Ele tem que ficar lá, tem que ir na véspera para poder pegar a embarcação, pegar o transporte, no caso, da prefeitura para sair para ir pra Volta Redonda.

[Aline]

Mas e o trânsito pelas trilhas, pelo mar? Como é esse deslocamento, tanto dentro da ilha, entre uma praia ou outra, ou entre as praias e a embarcação do cadinho?

[Lino]

Então, quem tem dificuldade de caminhar, ele não consegue acessar a embarcação do CADIM. Porque ele teria que, em alguns casos, caminhar uma hora e meia. Isso para quem anda normal.

No caso deles ali, seria quase três horas caminhando para poder pegar. Ele tem que acessar o litoral através de embarcação particular. Hoje, para a gente, nós que somos moradores, se for a título de carona, fica R\$35.

Se for a título de alugar uma, que normalmente quando eles vão sair tem horário, aí é R\$250 para alugar uma embarcação para sair e R\$250 para alugar de novo para voltar.

[Aline]

E você poderia nos falar um pouco sobre como é a relação entre os quilombolas e os militares na ilha?

[Lino]

Então, a nossa relação hoje se baseia no TAC [Termo de Ajuste de Conduta], que é uma relação de, digamos assim, dependência total da marinha, porque nós não temos transporte, nós dependemos por aí. Nós não temos um local onde receber esses médicos, esses profissionais da saúde que eu acabei de falar. É dentro do quartel que é feito isso.

A relação entre a comunidade e o “Assuntos Cíveis”, que é um órgão que acho que só existe aqui na Marinha, que só existe aqui na Marambaia, se existe em algum lugar são poucos, ela é uma relação que a gente procura tudo que é possível fazer, o mais amistoso possível. Mas isso depende muito de quem está, se a pessoa vai nos tratar de maneira... respeitando o TAC, porque também se não respeitar a gente não tem uma relação amistosa com ele não.

Agora, respeitando o TAC, que infelizmente é uma coisa que nós também temos que respeitar, eu digo infelizmente porque aqui, por exemplo, na ilha, que é o único lugar que tem um Censo de 6 de 6 meses, em outros locais, pelo proveito que são de 10 em 10 anos, feito pelo IBGE, aqui nós temos um censo feito pelo CADIM, que vem para ver se aumentou a população, como é que está, se já aumentou a casa, que não é a responsabilidade deles, mas eles mesmos assim vêm e está no TAC que eles têm que fazer esse censo. E eles perguntam, existe essa pergunta, aumentou os cômodos da casa, que eu acho que seria uma coisa inviável, mas deve estar no TAC, tanto é que está na relação de perguntas deles. E a relação é essa, a gente fica por conta do TAC, dependendo de...seria até, vamos dizer assim, dar satisfação a um órgão que não deveria ter que dar.

[Aline]

E o que te move a permanecer na ilha e na luta pelo território quilombo?

[Lino]

Eu acho que isso, na ilha, permanecer, porque é um local maravilhoso para viver, passa a ser quase que um vício, você viver em contato com a natureza, você ter acesso ao mar, com facilidade, eu digo até assim, eu, por exemplo, quando estou limpando o peixe, estou vendo o mar, vendo os botos cinzas passarem, a tartaruga, isso é que move ficar pelo bem-estar. A luta em si é uma coisa que eu acho que todo, não deveria ser só o pessoal do Marambaia, acho que todo mundo que fica às vezes insatisfeito com esse sistema, que acha que todo que ganha um salário abaixo do considerado muito, ele tem que viver em palafita, em favela, em barracos, não, eu acredito que quem tem que viver nesses locais de gosto de viver, eu acho que eles devem viver nesses locais, mas quem vive num local onde tem espaço, tem horta, ele tem água em abundância, ele não precisa pagar água, porque a natureza dá, eu acho que ele tem que lutar por isso e até mesmo pensando no futuro, porque se você deixar o seu local para ser transformado em empreendimento imobiliário, isso vai provocar uma mudança geral, que vai impactar até nos condomínios de alto luxo, que vai faltar água para eles, então acho que quando a gente luta, não luta só por nós, a gente tem que lutar pelo país, pelo mundo, e acho que sem essa luta, sem essa natureza, porque eu não acredito que aqui não tivesse quilombola, que seria várias casas longe uma da outra, árvores à vontade, eu acredito que não seria assim, seria o quê? Vários resort, hotéis, porque isso aqui é um local maravilhoso, inclusive para isso.

[Aline]

E você que é uma pessoa que está na luta pelo território da Marambaia há tantos anos, há décadas já, você gostaria de falar alguma coisa para os jovens da ilha, para os que estão chegando agora, qual mensagem você gostaria de passar para eles?

[Lino]

Eu acho que tem que aproveitar a oportunidade que está aparecendo um pouquinho mais agora, por exemplo, nós não tínhamos acesso nem ao ginásio, que seria, no caso, após a quarta série, que é a segunda fase do ensino fundamental. Hoje, na ilha, esse ano já vai ser implantado o ensino médio. A Universidade da Rural (UFRRJ) está dando oportunidade a um jovem daqui, bem próximo, já está bem próximo disso, nós teremos formação de 20 jovens aqui na ilha, formação superior.

Nós só tínhamos aqui formado, acho que só três jovens ou quatro, não mais que isso.

Então, acredito que aproveitar essa oportunidade, não esquecer que a luta não acabou, porque em qualquer momento que a gente parar para achar que já está tudo ganho, que a gente já tem o título, a gente vai perder isso. Então, tem que procurar sempre que está, se ligar na luta, fazer intercâmbio com outras comunidades para saber onde que nós obtivemos vitória, no estado do Rio, seja em outros estados, e continuar mantendo a luta, sempre, porque isso não vai parar nessa geração e provavelmente nem na próxima.

[Aline]

E como você imagina que estará a Ilha da Marambaia daqui a dez anos?

[Lino]

Bom, eu espero que esteja melhor do que hoje, porque eu ainda tenho esperança da gente recuperar esses territórios que foram perdidos no TAC, tipo a Praia do Sino, a Praia do Caju, a Praia do João Manuel. Eu tenho esperança com esses jovens que estão se formando agora, eles ingressando na luta, eles vão lutar por isso, eu tenho certeza disso. E se vai vencer, eu ainda não sei, e com essa vitória a gente vai ter.

E também melhorar, por exemplo, fazer um estudo. Eu acho que isso tem que ser feito para procurar saber por que a quantidade de água diminui tanto. Eu reconheço que, no mundo todo, a gente sabe que está diminuindo a quantidade de água potável, mas aqui na Marambaia está realmente uma coisa muito absurda. Onde era cachoeira, hoje é córrego.

Onde era córrego, hoje não existe mais. Isso tem que ser feito, um estudo. Aí a gente entra na parte que não cabe só a tradição, tem que ter a tecnologia também, para poder saber por que está diminuindo a água. Mas eu acredito que vai ficar melhor, porque, com essas formações que estão tendo agora de jovens, e eles ingressando na luta, eu acho que a gente recuperar nesses territórios, mudar na filosofia, conseguir um transporte regular para as pessoas que queiram não ser pescador, trabalhar no litoral, nas iniciativas privadas, voltar para a Marambaia, construir suas residências nesses territórios que nós perdemos, que era de nosso uso, e a Marinha não precisa deles. Eu tenho certeza disso, porque não era de manobra da Marinha mesmo, porque não pode fazer manobra nesse território, porque fica entre dois núcleos da nossa comunidade, seria fazer manobra, botar em risco a comunidade toda. Então, eu acredito que vai melhorar.

[Aline]

E, em relação à sua infância, qual lembrança que você tem? Como é que era a infância na Marambaia?

[Lino]

A infância na Marambaia, hoje, pensando no termo de hoje, a gente imagina que fosse bem difícil, mas eu acho que essa dificuldade, na época, a gente não percebia, porque a gente já estava adaptado a isso. Por exemplo, a gente não tinha água encanada, a gente não utilizava gás, era basicamente lenha, mas, quando a gente parava para brincar, de pique-esconde, bandeirinha, jogar futebol na praia, não era três de cada lado, era doze crianças brincando de cada lado.

Hoje, se for botar duas crianças brincando numa praia como na Praia do Sítio, você não consegue, mesmo porque aqui na Praia do Sítio, hoje, a gente pode se dizer, incluindo a Praia do Sítio e a Praia do João Manuel, tem uma criança só, que é o Gustavo Henrique. Então, a gente hoje não pode se dizer, mas, na infância, era boa. Um dia, por exemplo, um dia igual o dia do Cosme Damião, era um dia hiper-esperado, porque a gente saía para correr atrás de doces, várias crianças, uma reunião incrível de crianças, correndo, brincando. Hoje, se for buscar isso, realmente você vai ter dificuldade, porque quase não tem mais crianças. Não tem mais crianças por quê?

Porque a população ativa de trabalho, que poderia estar gerando essas crianças na ilha, eles estão saindo para trabalhar no litoral por conta dessa falta de transporte. E volta, às vezes, quando volta, volta final de semana, então, rápido, e já tem que pensar em trabalhar de novo. O direito deles de moradia aqui, de uma certa maneira, é coibido por essa falta de transporte.

[Aline]

E você queria acrescentar alguma coisa a mais?

[Lino]

Não, acrescentar só que, assim, muito bom fazer essa entrevista. Eu gostaria que tivesse mais oportunidade para muita gente e, se possível fosse, a gente está promovendo oficina de direitos na ilha. Por quê? Para as pessoas saberem até onde

vai o direito deles e também que não é ilimitado o direito da Marinha.

Porque, muitas vezes, a gente acaba se acostumando e achando que o direito do nosso oponente, que hoje é a Marinha, é ilimitado, e o nosso, o limite é bem próximo do chão.

[Aline]

Muito obrigada, Lino, por essa oportunidade, por essa entrevista.

[Lino]

De nada, valeu, conta sempre comigo.